MÁTRIA XXI

6

REVISTA DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PROF. DOUTOR JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO 2017

Mátria XXI

- n.º 6 -



Santarém • Maio 2017

FICHA TÉCNICA

Título

Mátria XXI – n.º 6, Revista do Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão

Edição

Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão Câmara Municipal de Santarém

Director

Martinho Vicente Rodrigues

Secretária

Manuela Bento Fialho

Conselho de Redacção:

Joaquim Veríssimo Serrão, Adriana Veríssimo Serrão, Vítor Serrão, Maria de Fátima Reis, Agonia Pereira, Jorge Manrique Martínez, Pedro Sequeira, Rui Neto e Matos, Florinda Matos, Ana Cristina Raimundo, Adriano Cordeiro, Artur Rodrigues.

Conselho Editorial

Agonia Pereira. Adriana Veríssimo Serrão, Aires-Barros. Alberto González Rodríguez, Ana Cristina Raimundo. Ana Leal Faria. Ana Maria Carabias Torres. António José Gonçalves de Freitas, António Pedro Vicente. Aurélio Fernando Rosa Lopes, Avelino de Freitas de Meneses, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, Carlos-Antero Ferreira, Carolyn Elizabeth Leslie, César Augusto Rodrigues Garcia, Elena Perulero Pardo-Balmonte, Maria de Fátima Reis. Florinda Matos. Francisco José Portela Sandoval, Francisco Ribeiro da Silva, Gabriela Ferreira Gândara Terenas. George Félix Cabral de Souza, Gerhard Otto Doderer, Isabel Ferreira da Mota,

Ioão Luís Cardoso. Iorge Silva Lopes. José Manuel Garcia, José Manuel Pérez-Prendes v Muñoz-Arraco. José Miguel Correia Noras. José Sanchez-Arcilla Bernal, Iosefina Maria Cristina Torales Pacheco. Juan Carlos Monterde García. Iúlia Montenegro. Laurinda Faria dos Santos Abreu, Luís Filipe Monteiro Vieira de Castro, Luísa D'Arienzo. Magdalena Rodríguez Gil, Manuel Lobo Cabrera. Margarida Garcez da Silva Ventura. Maria Alegria Fernandes Marques. Maria da Conceição Vaz Cabrita, Maria Irene Aparício, Maria José Azevedo Santos, Maria Teresa Nobre Veloso. Nicolás Sánchez-Albornoz Aboín, Pedro Jorge Richheimer Sequeira. Remédios Moran Martin. Rui Neto e Matos. Rui Nunes Correia. Vitor Serrão.

Secretária

Manuela Bento Fialho

Coordenadora Editorial e Edição Gráfica:

Vanda Marisa Marques

Direcção Administrativa e Comercial Mónica Estrela

Contactos

Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão Casa de Portugal e de Camões Rua Capitão Romeu Neves, r/Dtº. 2005 - 157 Santarém - Portugal Telefone: 243 359 160 Fax: 243 359 189

http://cijvs.cm-santarem.pt http://cijvs.blogspot.pt

E-mail:

<u>cijvs@cm-santarem.pt</u> Direcção:

martinho.rodrigues@cm-santarem.pt

Depósito Legal

ISSN 2183-1467

ÍNDICE

	Págs.
Editorial	
Prof. Doutor Martinho Vicente Rodrigues	7
A importância dos Clássicos	
Prof. Doutor Oliveira Martins	11
Três Inscrições Romanas De Scallabis	
Prof. Doutor José d'Encarnação	19
Feitoria dos Linhos Cânhamos de Santarém	
Prof. Doutor Martinho Vicente Rodrigues	37
O pioneirismo de Francisco Dias Gomes [1745-1795], o primeiro crítico literário moderno em Portuga	
Prof. Doutor Eurico Gomes Dias	75
1833-1834, o annus horribilis do reinado de D. Miguel: percursos das elites	
Prof. Doutor Daniel Estudante Protásio	113

Educação e tecnologia. Algumas das suas características a conhecer	
Prof. Doutor Rui Matos Pereira	127
Arquitectura, Ruína, Paisagem	
Prof. Doutora Maribel Mendes Sobreira	151
Paisagem: da espacialidade do conceito a um novo conceito de espaço	
Mestre Valter Boita	161
Poder e direito em «Il faut défendre la société» de Michel Foucault	
Mestre Paulo Frazão Roberto	189
O pão que o diabo amassou	
Doutorando Tiago Carvalho	209
Dyświa do Investiga são 2016	
Prémio de Investigação 2016	
Os monumentos epígrafos, retratos de vida …em Scallabis	
Prof. Doutor José d'Encarnação	243
Cidade frutífera. A fruta urbana como contributo estético-político no desenho da cidade	
Prof. Doutora Moirika Reker	263

Três Inscrições Romanas De Scallabis Three Roman inscriptions from Scallabis

José d'Encarnação¹

Resumo

Estudam-se de novo três inscrições romanas de *Scallabis:* uma, funerária, guardada no Museu Nacional de Arqueologia, que tem passado despercebida; da segunda, votiva, discute-se a sua autenticidade, dado ser a única dedicatória conhecida no mundo romano aos «Deuses Sucessos»; quanto à terceira, procura justificarse a identificação do teónimo a que foi dedicada.

Palavras-chave: Epigrafia romana; Scallabis; Dii Successus; Louciris.

¹ Professor catedrático em História e Arqueologia, pela Universidade de Coimbra, desde 1991. Aposentou-se em Julho de 2007. A sua especialidade é a epigrafia romana, de que foi docente e sobre que publicou um manual, hoje em 5ª edição, tendo sido também esse o tema da sua licenciatura (Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975) e do doutoramento (Inscrições Romanas do Conventus Pacensis, Coimbra, 1984). Académico de mérito da Academia Portuguesa da História, académico correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Letras), membro do Centro de Investigação Professor Joaquim Veríssimo Serrão. Não reconhece as regras do Acordo Ortográfico vigente. E-mail: jde@fl.uc.pt

Abstract

We study once again two roman inscriptions found in the *Scallabis'* territory: one is funerary, but it was almost unknown; about the second one, it is the single reference to singular divinities, the *Dii Successus*, and because that their authenticity isn't clair; the identification of the divinity at what the third is dedicated needs some reflexions.

Key-words: Roman epigraphy; Scallabis; Dii Successus, Louciris.

No âmbito da preparação do volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL II) referente à Hispânia romana, de que a Academia das Ciências de Berlim o encarregara, elaborou Emílio Hübner pormenorizado relatório que, sob o título *Noticias Archeologicas de Portugal*, a Academia das Ciências de Lisboa haveria de publicar, em 1871, com tradução de Álvaro Soromenho. Sobre Santarém, escreve na p. 18 (actualizo a grafia):

«A colónia *Scallabis*, chamada *Praesidium Iulium*, cabeça de um dos três *conventus iuridici* da Lusitânia, coloca-se em Santarém. Além de que a distância concorda em geral, também a posição elevada que ocupa, junto ao rio, defendida pela própria natureza, bem como a existência de restos numerosos de colunas e outros sinais de povoação romana, tornam provável que esta localidade corresponda à colónia que devia dominar todo o Norte da Lusitânia. A pouca valia relativa dos vestígios que ali se encontram do tempo dos Romanos provém, decerto, da importância que teve a cidade sob o domínio dos Árabes e na Idade Média. Não sei que se tenham ali descoberto senão seis lápides sepulcrais sem importância alguma; nas duas, que ainda

existem, dá-se *Olisipo* por pátria dos falecidos, que nelas se comemoram».

Essas seis lápides incluirá na versão final do CIL II, sob os números 325 a 330.

Em Abril de 2002, inaugurou-se, no Museu Nacional de Arqueologia, a exposição De Scallabis a Santarém, cujo catálogo versou, naturalmente, todos os temas da história escalabitana. Aí se deu conta, por exemplo, dos trabalhos levados a feito na Alcáçova, sob a responsabilidade de Ana Margarida Arruda e Catarina Viegas, que puseram a descoberto grandioso templo, que as arqueólogas, dadas as características arquitectónicas do mesmo, dataram dos primórdios da colonização romana, aspecto que viria a sugerir-me a relacionação com uma passagem de escritores antigos, segundo a qual os escalabitanos se teriam deslocado a Tarragona, aquando da estada nessa cidade do imperador Augusto e dele houveram autorização para erguer um templo - que bem poderia ter sido precisamente aquele. Acrescentam esses autores que a população de *Olisipo* não teria querido ficar atrás e for por isso que ergueram o celebrado templo ao Sol e à Lua (Encarnação, 2015: 317-320).

Voltando ao catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia, cumpre dizer que coube a Amílcar Guerra apresentar uma síntese do que então se conhecia do corpus epigráfico escalabitano. Sob o título «A epigrafia de Scallabis, fragmentos de uma realidade», dividiu o seu testemunho em quatro partes: 1) Cidadãos, cidadania e mobilidade, em que, a dado passo (p. 180), sublinha, e bem, ser «[...] mesmo algo surpreendente a ausência de indícios epigráficos evidentes da componente de escravos e libertos»; 2) Vivência e participação política, em que releva a importância da homenagem feita a Cornelius Bocchus pela colonia Scallabitana e o interesse histórico que também deve ser atribuído à notável inscrição dedicada a um *praefectus fabrum* e *flamen*, que tudo leva a crer que poderá justificar íntima relação, a nível político, com a capital da província (Encarnação, 2016: 347-350); 3) Deuses e cultos (tema a que se voltará de seguida); e 4) «Onde os caminhos se cruzam», referência à importância capital que Scallabis desempenhou no quadro da rede viária desta região da Lusitânia, assunto de que Vasco Mantas nesse catálogo também se ocupará (pp. 107-112).

Na referida comunicação apresentada em Lugo (2016: 347-350), debrucei-me, de modo particular, sobre as questões de política interna lusitana que pareciam poder deduzir-se da epigrafia escalabitana conhecida: na análise atrás citada sobre relacionamento entre *Scallabis* e *Olisipo* (2015) voltei a interrogar-me sobre que poder teria, de facto, exercido a cidade nos primeiros tempos da chamada «romanização»; no texto com que concorri ao prémio instituído pelo Centro de Investigação Professor Joaquim Veríssimo Serrão, a que dei o título de «Os monumentos epigráficos, retratos de vida... em *Scallabis*», cuja publicação consta do presente volume de *Matria XXI*, interessou-me mostrar quanto se conhecia da população de *Scallabis* revelado mediante esses escassos testemunhos epigráficos de que, por enquanto, dispomos. A investigação a que tive ensejo de me dedicar para a comunicação «De Scallabi», apresentada na sessão de investigadores do Centro, a 23 de Março último, levou-me a considerar, porém, que algo ainda poderia acrescentar-se acerca do que já fora escrito. Esse, o objectivo da presente nota.

1. O epitáfio de *Paccia Suavis*

Consta na rubrica «Aquisições do Museu Etnológico Português»² que «a Ex.ma Sr.^a D. Maria das Neves de Figueiredo ofereceu uma lapide com inscripção inedita, de Santarém».

Sob o Inv. Nº E 6308, consta no ficheiro do Museu Nacional de Arqueologia uma «Placa moldurada incompleta. De Santarém, mas sem contexto arqueológico preciso». Vem descrita como «Tabela em calcário de forma rectangular. A peça foi cortada dos lados mutilando a inscrição. A inscrição desenvolve-se por duas linhas: [P]ACCI[M?] / SVAVIS. A leitura sugerida por Leite de Vasconcellos³ é: Paccia [nn...] Suavis, sendo Pacci o cognome do falecido, em genitivo, e Suavis o do dedicador, em nominativo».

Medidas apresentadas: altura 50 cm, largura 40 cm, espessura 6 cm.

Acrescenta-se: «Desconhecem-se as circunstâncias da entrada. desta peça no Museu, pois não é referida no Livro de Entradas, onde ela se encontra descrita com o nº E 6308».

Atendendo a que, no Museu Nacional de Arqueologia, não há qualquer outra epígrafe de Santarém, não tenho dúvidas em que estamos perante a oferta atrás referida, que, dado o carácter fragmentário da peça e sua aparência (Leite de Vasconcelos teve o cuidado de apresentar um desenho – Fig. 1), não despertou o interesse dos investigadores e passou, por isso, completamente despercebida.

² Trata-se de rubrica assinada habitualmente por J. L. de V.; neste caso, em *O Archeologo* Português, 9, 1904, p. 309.

³ VASCONCELOS, José Leite de, «Epigrafia do Museu Etnológico (Belém), Inscrições Romanas», O Arqueólogo Português, vol. XXVIII, 1927-1929, p. 224, nº 28.



Figura 1 - Desenho de Leite de Vasconcelos, da placa da Paccia Suavis

Antes, porém, de proceder ao seu estudo, não posso deixar de transcrever, pelo seu amplo significado, do ponto de vista pessoal e científico, o que Leite de Vasconcelos escreveu no final desse catálogo de 35 epígrafes a cujo estudo decidira meter ombros:

«N. B. – Apesar do cuidado que consagrei ao presente catálogo, é provável que contenha muitos erros, quer devido à dificuldade da matéria, quer porque, para ler inscrições, necessita-se de boa vista – e a minha, na idade em que escrevo, se me vai enfraquecendo. Só um epigrafista consumado, novo, e dotado de qualidades que me faltam, naturais, e de ciência, poderá fazer obra acabada.

Perdoe o leitor os meus erros, lembrando-se que ficarão acaso compensados com o trabalho que, ainda assim, me deu a leitura dos textos, e mais que tudo com a fadiga que durante dezenas de anos despendi na aquisição de muitas das inscrições, que, se não fosse a minha diligência, se perderiam; além disso pela mor parte exaradas em lápides nem sempre fáceis de obter e trazer para o Museu» (p. 227).

Não admira, pois, que tenha proposto como interpretação o que vem na ficha matriz do Museu; a interpretação correcta é, afinal, bem diferente, como de seguida se verá.

A placa foi cortada lateralmente para se ajustar a um possível reaproveitamento. O que resta na parte superior sugere que, pelo menos aí, teria sido singelamente emoldurada. Mormente pelas dimensões, pela simplicidade do texto e pelo módulo das letras, apresenta as características de ter sido placa de columbário.



Figura 2 - Placa de Paccia Suavis. Foto de Guilherme Cardoso Dimensões: $50 \times 40 \times 6$.

 $[P]ACCIA \cdot [M(arci) \cdot F(ilia)] / SVAVIS$

Pácia Suave, filha de Marco.

Altura das letras: l. 1: 7,32; l. 2: 6,37.

Espaços: 1: 13,06; 2: 2,23; 3: 20,38.

Paginação tendencialmente a seguir um eixo de simetria, pelo que nos é dado intuir, com pontuação triangular.

Na l. 1, só resta do P parte da curvatura e, à direita, do M temos a primeira perna e metade da segunda; cremos ser credível seguir-selhe um ponto e a sigla F.

Os caracteres, bem gravados a badame, com serifas e cuidadoso recorte nem sempre da mesma largura, para acentuar a sensação de claro-escuro, atendendo inclusive às suas invulgares dimensões, denotam a perícia do lapicida. O A tem barra horizontal muito ténue, colocada um tudo-nada acima do nível médio da letra. A simetria patente no S, no V e no A e a rigorosa verticalidade do I apontam para uma grafia muito próxima da capital quadrada. Aliás, tanto a paleografia como a simplicidade do texto justificam uma datação de primórdios do século I d. C.

Do *nomen Paccius* temos, até ao momento, pouco mais de uma dezena de testemunhos na epigrafia peninsular, sendo de referir, no âmbito da Lusitânia, três no território do *conventus Pacensis* (IRCP 62, de Loulé; IRCP 80, de Tavira; IRCP 219, de Tróia) e outros três na capital, Mérida (CIL II 5261b e 5272; HEp 1, 1989, 105).

O cognomen Suavis, de clara etimologia latina, é muito frequente no conjunto da epigrafia romana – quase 300 testemunhos na sua totalidade – e refere-se predominantemente a mulheres, dado o seu significado concreto (gentil, amorosa, ternurenta...), sendo também muito aplicado a escravas ou libertas (Kajanto, 1965: 24 e 73). Curiosamente, na Lusitânia, apenas há duas ocorrências, em Mérida (*Atlas*, p. 307).

A existência de um columbário (familiar ou colectivo) em *Scallabis* não é de admirar, dado o seu carácter urbano.

2. A dedicatória Dibus Successis

Das epígrafes de Santarém «apenas merece ser citada», escreve Hübner no seu relatório (1871: 18-19), «uma pequena inscrição que Th. C. de Bem recebeu de Santarém (como ele expressamente declara, B, 32, 4, f. 99) e mandou colocar na parede da sua casa. Bayer transcreve-a assim:

> DIBVS **SVCCESSIS RVBRIA SABINA»**

Quando a passou para o CIL II, sob o nº 325, o conteúdo da ficha é o seguinte:

325 'Achada ao pé de Sanctarém', postea Olisipone 'na parede desta nossa caza' Bem. 'A las espaldas del convento de S. Cayetano, en la pared del cercado' Bayér. 'Na calçada de S. Caetano antes de voltar para a igreja debaixo de huma janella de grades' Salg.

> DIBVS SVCCESSIS RVBRIA SABINA

Bem ms. B 32, 4 f. 99; Bayér f. 274 v.; Salgado ms. 3 p. 12, 32 (inde Levy 6, 19). Edidi act. Berol. a. 1861 p. 739.

Figura 3 - Recorte do CIL II referente à inscrição Dibus Successis

Ou seja, todos se baseiam no testemunho de Tomás Caetano de Bem (1459-1534), que afirma ter sido a epígrafe «achada ao pé de Santarém» e foi na sua casa que os demais a viram. Hübner não. Transcreve Vieira da Silva (1944: nº 119, pp. 235-236), todos esses pormenores da localização; acrescenta que tanto Bem como Frei Vicente Salgado declaram o monumento «cipo elegantíssimo»; confirma que a informação inicial está contida numa *Miscelânea* existente «na Biblioteca Nacional de Lisboa (...), no *Fundo geral de manuscritos*, sob o nº 425, (...] com apontamentos sobre moedas, inscrições, cartas, etc.» (p. 291); e observa:

«Pode ver-se uma erudita dissertação sobre o nome dos deuses dii Successa, que representam a ideia abstracta de cousas sucedidas, êxitos, sucessos, em Religiões da Lusitania, pelo Dr. J. Leite de Vasconcelos, vol. III, pág. 311» (p. 235).

Preocupa-se Leite de Vasconcelos (pp. 311-312), fundamentalmente com dois aspectos: o gramatical e o simbólico. Demonstra que, de facto, «o particípio passado successis (dativo) não concorda adjectivamente com dibus, mas está substantivado», de forma que a tradução correcta deverá ser «aos sucessos, que são deuses», uma vez que o nominativo de dibus Successis é dii Successa. no plural, como *Fata*, «os Fados». Do ponto de vista simbólico, sustenta, pois, Leite de Vasconcelos que houve uma divinização do substantivo successus, como eventus ou eventum, «o acontecimento», nome de divindade abstracta, tal como se regista um deus sanctus Eventus e, no culto cristão, Nossa Senhora do Bom Sucesso. Tudo, por conseguinte, muito natural, na opinião deste investigador.

Aliás, a epígrafe não tem levantado nenhuma objecção e foi transcrita, sem comentários, nos *corpora* subsequentes: ILER 653, RAP 433, HEpOL registo n.º 21 378, EDCS 05500335. De resto, as ideias de Leite de Vasconcelos são amplamente aplaudidas por Ana María Vázquez Hoys, que eu conheça, a única investigadora que, com

muito entusiasmo, se dedicou mais largamente a esta epígrafe, sem minimamente pôr em causa a sua autenticidade (1990). Relaciona também essas divindades com Eventus, Fatum e Fortuna. Sabina agradeceria, em seu entender, a realização de um desejo, de um «êxito» pessoal, quicá «o éxito en su lucha contra la esterilidad, cuya maldición pesó siempre sobre la mujer desde antiguo y fue, en las culturas conocidas, el símbolo de la maldición divina sobre la tierra y sus moradores».

Talvez não seja despropositado, porém, reflectir-se um pouco mais sobre o tema, uma vez que estamos, na verdade, perante um caso único na epigrafia romana. 4 Terá a inscrição existido? Rapidamente se lhe perdeu o rasto, ainda que, também neste caso, possamos lançar as culpas para cima do terramoto de 1755. Vieira da Silva é, todavia, peremptório: «O seu local é hoje impossível de identificar». Ou, formulando a pergunta anterior doutra forma: terá sido autenticamente romana a placa que Caetano de Bem ostensivamente quis embutir numa das paredes da cerca de sua casa? «Cipo elegantíssimo» lhe chegam a chamar. «Elegantíssimo», porquê? Porque muito bem decorado, bonito à vista? E se tinha tamanha elegância não seria normal que, dos que o dizem ter visto, alguém não houvesse resistido a desenhá-lo ou, seguer, a descrevê-lo? E porque haveria de vir de Santarém, quando temos em Olisipo uma outra epígrafe, que, por sinal, Bem não cita, mas até poderia conhecer, dedicada por Q. Aemilius Flaccus precisamente a Rubria Q. f. Sabina (CIL II 249)? Não há notícia de mais nenhuma *Rubria Sabina* registada na epigrafia do

⁴ Amílcar Guerra escreve que é «única em âmbito hispânico e muito rara no contexto do mundo romano» (p. 183). Queria, certamente, dizer «inexistente», porque, que eu conheça, não temos mais nenhum exemplo.

mundo romano, o que levou os editores do *Atlas* (p. 282) a interrogarem-se se estaremos perante duas ou apenas uma Rubria Sabina. Amílcar Guerra prefere optar por um mero fenómeno de homonímia, pois que, afirma, «postular uma identidade de ambas é muito problemático» (2002: 181). De resto, aí apenas se registam, para além destas, um *C. Rubrius Proculus* em Mérida (AE 1982 483) e o L. Rubrius Priscinus, de Alcácer do Sal (IRCP 196).

Nestas circunstâncias, será ousado aventar a hipótese de Caetano de Bem ter mandado fazer a epígrafe, a fim de funcionar como talismã para a sua casa, mascarando essa intenção mediante a aposição de uma dedicante de onomástica romana e fazendo crer que lha tinham trazido de Santarém - estratagema de que, amiúde, os romancistas lancam mão, para fazer crer que a história que contam a hauriram num velhíssimo documento casualmente encontrado no buraco duma parede?!...

É que, veja-se: em latim, o substantivo é successus, da 4ª declinação; não há *successa* e o dativo teria de ser *Successibus. Lapsus* linguae seria, mas... Em segundo lugar, são muito raros os casos em que um ex-voto particular tenha apenas a identificação da divindade e a do dedicante, sem fórmula votiva.

Por conseguinte, a minha opinião é de que se trata de uma inscrição forjada pelo clérigo regular teatino, com vista a acarear as boas graças divinas sobre si e o seu convento, servindo-se, para o efeito, não de uma fórmula religiosa cristã – que muita haveria já na sua «casa» – mas de uma outra que, além do mais, poderia demonstrar a sua cultura clássica (não com a correcção requerida, como se viu...).

3. A dedicatória a Louciris

Na sua qualidade de técnico dos (então) Serviços Geológicos de Portugal, Fernando Bandeira Ferreira não descurou nunca a sua propensão arqueológica e, por isso, além das incursões por esse País fora com vista a gizar a Carta Geológica do País, fugia-lhe amiúde o olhar para as sempre sugestivas «pedras com letras». Encontrou no Doutor Justino Mendes de Almeida, latinista, o colaborador eficaz para ir dando conta do que de novo ia encontrando nas suas andanças.⁵

Assim, publicaram, em 1966 (pp. 31-33), uma ara romana que encontraram no Museu de S. João de Alporão, em Santarém, com a indicação de que poderia ter vindo do demolido convento de S. Domingos.

Como facilmente se observa, a interpretação que apresentaram da l. 1 - IOVI C(onservatori) I(unoni) R(eginae) não tem cabimento epigráfico: primeiro, porque a 1ª letra é, claramente, um L; depois, porque não há qualquer vestígio de I antes do C; finalmente, para uma fórmula de tamanha importância religiosa (a dedicatória a dois dos maiores númenes da mitologia romana), quase poderia considerar-se sacrilégio grafarem-se as respectivas siglas todas de seguida, sem qualquer sinal de pontuação.

Andou, pois, bem logo o editor do AE (1966, 176) quando, embora com alguma hesitação, por se basear apenas na fotografia, ter proposto que a primeira letra era L (e não I) e que a «última» parecia mais um A que um R. Daí que houvesse sugerido: LOUCIA (?) ou LOUCIR (?), «nom d'une divinité, pour nous inconnue, ou peut-être prénom aberrant de la dédicante».

⁵ Sobre a actividade epigráfica de Bandeira Ferreira tive ocasião de me debruçar num texto publicado em 2004.

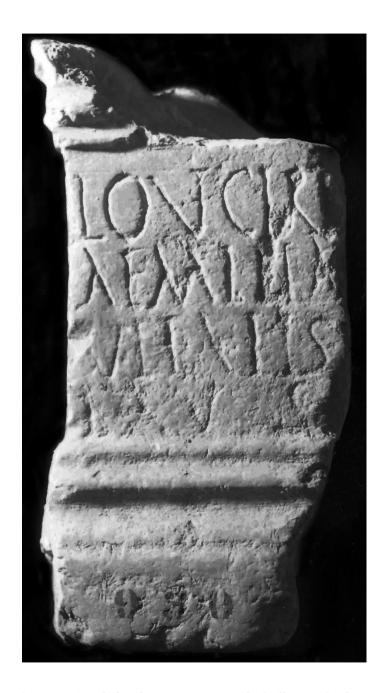


Figura 4 - Ara dedicada a Louciris. Foto de Guilherme Cardoso.

No seu vasto trabalho de revisão das epígrafes, na sequência de reimpressão das *Religiões da Lusitânia* de Leite de Vasconcelos, volume que geralmente se identifica por RAP, José Manuel Garcia leu, a meu ver mui correctamente, Louciri, uma vez que a fractura no final da l. 1 ocorreu precisamente no corte do I e o R era claro, em comparação com os outros AA da epígrafe, grafados em jeito de lambda. E o teónimo homenageado por Aemilia Vitalis passou a ser incluído no rol das divindades indígenas, para que, naturalmente, seria oportuno encontrar paralelos ou, pelo menos, justificações de carácter linguístico, susceptíveis de vir a trazer alguma luz sobre as características deste nume, tendo em conta que se há como seguro que nomes, nomeadamente os das divindades, se prendem etimologicamente com as funções que lhes são atribuídas.

Assim, Blanca Prósper (2002: 223) preferiu a leitura LOVCIAI «ou, quiçá, LOVCIAE», pois, em sua opinião, LOVCIRI «resulta incompreensible». Ainda que se trate de leitura que a epígrafe não comporta, como vimos, não deixará de ser de alguma utilidade dar conta da opinião da autora. A palavra seria, pois, «el dativo *louk-(i)yai de una divinidad cuyo nominativo seria *louk-(i)ya «bosque sagrado» o «divinidad habitante del *loukos, el bosque sagrado». O, alternativamente, *louk-i-yai, es decir «divinidad del *louk-yos o bosque sagrado». Pertenece a la raiz *leuk- «brillar, blanco» [...]». 6 Cita, de seguida, as correspondências que encontra em antigas línguas de cariz indo-europeu, onde, por sinal, eu – leigo nessas matérias – me

⁶ Note-se que, nas citadas palavras em itálico, o **a** é encimado por uma barra, para lhe dar, certamente, um som mais dilatado; e faço esta observação porque continua a ser para mim - confesso - um mistério o significado e o respectivo som de boa parte dos vocábulos atribuídos a línguas pré-romanas. Neste caso, apenas uma correspondência me é familiar: lucus, bosque em latim.

atreveria a incluir o adjectivo grego λευκός, «branco», que partilha, inegavelmente, do mesmo radical...

Membro da equipa que levou a cabo a elaboração do *Atlas* referido na bibliografia, José María Vallejo Ruiz entusiasmou-se pela linguística aplicada à antroponímica indígena (2005). Dedica as páginas 329-332 do seu livro ao radical *leuc-/louc-*, relacionáveis com um radical mais geral, se bem entendi, louk-. E se não se esquece de fazer o paralelismo com λευκός, a que eu atrás me referi, o certo é que esta epígrafe lhe terá escapado.

Em conclusão

Ainda que se trate, também aqui, de um caso único, o facto de o teónimo poder aparentar-se com outros nomes de idêntico radical -Loucinus, Loucies, Loucia... – e, até, as outras aproximações fonéticas atrás citadas tornam convincente a hipótese de estarmos perante o testemunho de um culto específico e único (até ao momento) a uma divindade cujo nominativo poderá será Louciris (a exemplo do que propomos para os dativos *Luruni – Lurunis, Triborunni – Triborunnis*).

Se o significado original do teónimo, relacionável com a função atribuída pelos crentes à divindade, tem a ver com o bosque ou com a brancura dos raios solares que, pelas manhãs, acalentavam a lezíria ou, por entre as franças das árvores, mais pareciam divinais dedos a indicar direcções... esse continuará a ser, durante não se sabe quanto tempo, mistério por desvendar. E acaso não é de mistérios que, em todos os tempos, a religião se deixa nutrir?...

Legendas das ilustrações

- Fig. 1 Desenho, de Leite de Vasconcelos, da placa de Paccia Suavis.
- Fig. 2 Placa de *Paccia Suavis*. Foto de Guilherme Cardoso.
- Fig. 3 Recorte do CIL II referente à inscrição Dibus Successis.
- Fig. 4 Ara dedicada a *Louciris*. Foto de Guilherme Cardoso.

BIBLIOGRAFIA

AE = L'Année Epigraphique, Paris. [Indica-se o ano e o nº da inscrição].

ALMEIDA, Justino Mendes de, e FERREIRA, Fernando Bandeira, «Varia epigraphica», Revista de Guimarães, 76, 1966, pp. 27-31.

ARRUDA (Ana Margarida) e VIEGAS (Catarina), «O templo romano de Scallabis». in De Scallabis a Santarém, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, pp. 173-178.

Atlas = NAVARRO CABALLERO (Milagros) e RAMÍREZ SÁDABA (José Luís) [coord.], Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana, Mérida (Fundación de Estudios Romanos) - Bordéus (Ausonius Éditions), 2003.

CIL II = HÜBNER (Emílio), Corpus Inscriptionum Latinarum, II. Academia das Ciências de Berlim, 1869 e 1892.

EDCS = Epigraphik-Datenbank Clauss Slaby. Acessível em: http://www.manfredclauss.de/gb/.

ENCARNAÇÃO (José d'), «Bandeira Ferreira, um labor de epigrafista». Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 122ª, nºs 1-12 (Janº/Dez 2004), pp. 111-120. Acessível em: http://hdl.handle.net/10316/15880.

ENCARNAÇÃO (José d'), «Era aqui que Febo adormecia» (This was the place where Phoebus fell asleep), Estudos Arqueológicos de Oeiras, 22, 2015, pp. 315-328. Acessível em: http://hdl.handle.net/10316/32802.

ENCARNAÇÃO (José d'), «As transformações nas cidades do poder à luz da epigrafia na Lusitânia» [The transformations in the power's cities, in Roman Lusitania, seen by the epigraphic monuments], Revista de Historiografía (RevHisto), nº 25, año XIII, 2/2016, pp. 343-354. Acessível em http://hdl.handle.net/10316/40661

GUERRA (Amílcar), «A epigrafia de Scallabis, fragmentos de uma realidade», in De Scallabis a Santarém, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, pp. 179-184.

HEp = *Hispania Epigraphica*, Universidade Complutense de Madrid.

HEpOL = Hispania Epigraphica on line. Acessível em: http://eda-bea.es/

HÜBNER (Emílio), Noticias Archeologicas de Portugal, Academia das Ciências de Lisboa, 1871.

ILER = VIVES (José), Inscripciones Latinas de la España Romana, Barcelona, 1971 e 1972.

IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. -Subsídios para o Estudo da Romanização. Coimbra, 1984. [O número indica o número

José d'Encarnação

da inscrição no catálogo]. Teve, em Outubro de 2013, uma 2ª edição, em formato digital, acessível em http://hdl.handle.net/10316/578.

KAJANTO, Iiro, *The Latin Cognomina*, Helsínguia, 1965.

MANTAS (Vasco Gil), «A rede viária de Scallabis», De Scallabis a Santarém, Lisboa, 2002, pp. 107-112.

PRÓSPER (Blanca María), Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica, Ediciones Universidad [Acta Salmanticensia. Estudios Filológicos 295], Salamanca, 2002.

RAP = GARCIA (José Manuel), Religiões Antigas de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991.

SILVA (Augusto Vieira da), Epigrafia de Olísipo. Subsídios para a História da Lisboa Romana, Lisboa, 1944.

VASCONCELLOS, José Leite de, Religiões da Lusitânia, Lisboa, 2.º vol. (1905), 3º (1913).

VASCONCELOS, José Leite de, «Epigrafia do Museu Etnologico (Belem). Inscrições Romanas», O Arqueólogo Português, XXVIII, 1927-1929, pp. 209-227.

VÁZQUEZ HOYS (Ana María), «'A los éxitos que son dioses'. Una inscripción portuguesa a unos dioses romanos», Dianium, V. 1990, pp.141-166.